

Verdade/mentira: nós e as trutas

Viviane Sprinz Mondrzak,¹ Porto Alegre

Neste trabalho, a autora parte da impossibilidade epistemológica de separar verdade de mentira, e se propõe, a partir do estudo de como se dá a percepção, questionar o conceito de objetividade e de acesso a verdades absolutas. São discutidos algumas diferenças entre mentiras constitutivas e mentiras com objetivo de manipulação do outro, e os aspectos éticos implicados na análise sobre verdade e mentira. Ao longo do texto, são colocadas reflexões que o tema suscitou em relação ao trabalho psicanalítico e à possibilidade de expansão dos conhecimentos psicanalíticos para além dos consultórios.

Palavras-chave: Verdade; Mentira; Percepção; Método psicanalítico; Ética

¹ Psicanalista. Membro efetivo e analista didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA).

A mentira é uma verdade que esqueceu de acontecer (Mário Quintana, 2008).

Como sempre, nosso velho poeta consegue expressar, de forma curta e aparentemente simples, uma questão que tem desafiado pensadores desde sempre. De fato, é uma impossibilidade epistemológica separar mentira de verdade, ou de pensar uma independente da outra e de delimitar um campo absoluto de verdade, ainda mais uma Verdade metafísica. A psicanálise, especialmente, tem como um de seus marcos fundantes a teoria da sedução infantil, marcada pelo momento em que Freud percebe a verdade da realidade psíquica, que não precisa de um fato externo para sustentá-la. Mas o que se segue neste pequeno artigo são reflexões aleatórias sobre o tema, a partir da perspectiva de uma psicanalista, não da psicanálise. O caminho seguido foi o de ir coletando pensamentos que foram surgindo à medida que me debruçava sobre verdade/mentira de uma forma não sistemática, mas que, espero, possam fazer sentido no final da leitura.

A ilusão da realidade objetiva

Freud, de alguma forma, se deparava com o problema da verdade no mínimo em duas frentes. Na teoria, a psicanálise precisava ser epistemologicamente verdadeira, o que significava, em última instância, estar inserida na verdade científica da época; mas, na prática da experiência, o que se impunha era a primazia crescente da verdade psíquica. Assim, uma nova categoria de verdade/realidade passava a ser considerada, ganhando um corpo teórico que a embasava, com a força dos elementos inconscientes no centro. A percepção do mundo externo ficava, assim, irremediavelmente ligada aos determinantes inconscientes. De qualquer forma, realidade e verdade, independente de tentativas de conceituação e classificação, se mantêm intimamente intrincadas. Dessa relação, surge outra, também inquietante: a relação entre verdade/realidade e percepção. Não por acaso, este tema segue sendo estudado por várias áreas da ciência.

Vou tomar como guia os estudos de Maturana (2004) e Varela (2000, 2006), pesquisadores reconhecidos neste terreno, porque são os autores que têm me aberto novas frentes para pensar sobre esses temas. Também porque procuram destacar a dimensão ética implícita na maneira como se pensa a *realidade*, trazendo consequências na forma como cada um de nós vive sua vida, na forma como vai aceitar ou não os outros seres vivos na rede social que integra. De saída, já afirmam

que, como o observador é um sistema vivo, toda questão da percepção da realidade só pode ser respondida a partir da operação do observador da experiência, como ser humano vivo, em permanente interação com o meio. É a palavra experiência que se coloca aqui em destaque. O que quer que nos aconteça parece uma experiência que vivemos como se surgisse do nada, pronta ali apenas para ser percebida, e não o que de fato ocorre; é uma construção daquele momento daquele observador, com multideterminantes. É importante ter em mente que *multi* não se refere apenas a um aumento de variáveis, mas a uma maneira complexa e indeterminada de elas se organizarem. Este alerta não é apenas um detalhe, mas a única forma de tentarmos sair de fato de um pensamento dicotômico, e não apenas aumentar o número de variáveis.

Seguindo nesse raciocínio, apontam que, toda vez que queremos convencer alguém a agir de acordo com nossa vontade e não queremos ou não podemos usar a força, usamos um argumento racional lógico (ao menos para o proponente, já que diferentes pontos de partida constroem sistemas lógicos diferentes – basta lembrar os raciocínios que embasam os preconceitos, julgamentos feitos a partir de premissas tomadas como verdades indiscutíveis, por exemplo, índios são indolentes, judeus são agiotas, etc.). Validamos nosso argumento por uma referência ao real, com um pressuposto implícito ou explícito de que o real é universal e objetivamente válido porque é independente do que fazemos. Afirmamos implicitamente que temos um acesso privilegiado à realidade, e que é este acesso que nos permite construir nossos argumentos racionais a ponto de nos permitir exigir para eles a validade coercitiva e universal que pretendemos que eles tenham ao tentar forçar alguém, com um argumento racional, a agir de acordo com nossa vontade. Esse posicionamento determina uma postura que chamam de *objetividade sem parênteses*. Esta forma implica a referência a alguma entidade que existe independente do observador e que constituiria o real, a verdade; o resto seria ilusão. Este caminho é surdo ou cego à participação do observador naquilo que ele aceita ou dá como explicação, e o observador acredita de fato que detém a Verdade. Assim, qualquer discórdia entre dois ou mais observadores sempre toma a forma de uma disputa em negação mútua. Nesse caminho, um apelo ao conhecimento equivale a “uma petição de obediência” (Maturana, 2004, p. 296).

Já na postura de *objetividade entre parênteses* o observador aceita que, como ser humano, é um sistema vivo e que suas habilidades como observador são fenômenos biológicos, porque são alterados quando sua biologia é alterada. Nesse caminho, há a aceitação de que toda percepção é constituída com o que o observador faz naquele momento e, portanto, a constatação de que vive num universo com muitas realidades explicativas diferentes, igualmente legítimas, (mas

não igualmente desejáveis!), e de que, neste universo, um desacordo explicativo é um convite a uma reflexão responsável sobre a coexistência, e não uma negação irresponsável do outro.

Pensamento aleatório I

Como nos situamos como psicanalistas em relação à verdade? Pensar no modo como nos relacionamos com nossas teorias se impõe. Nem sempre conseguimos pensar nelas como modelos que trazem uma “verdade” dentro de um sistema com sua coerência interna. Muitas vezes, sem nos darmos conta, usamos estas verdades como Verdade numa objetividade sem parênteses, clamando por um reconhecimento como se tivéssemos acesso a algum real universal, e perdemos a capacidade de considerar vários ângulos, bem como de perceber que as construções teóricas são como uma série infinita, em constante expansão e transformação. Ao mesmo tempo, pensar o homem com mais de uma verdade é nosso dia a dia, a ambivalência, nossa velha conhecida. Ajudar os pacientes a perceberem que não formam um bloco coeso, e que sim, existe no pensamento inconsciente mais de uma verdade ao mesmo tempo – mesmo que isso pareça uma contradição para o pensamento lógico – faz parte do nosso trabalho diário. Sabemos, na experiência da sessão, que a possibilidade de vértices diferentes de observação propiciam um alargamento do campo da percepção dos fenômenos, mas nem sempre usamos esta experiência na hora de nos desapegarmos de nossas teorias conhecidas, para nos deixarmos impregnar por outras verdades. Pensar que a objetividade demanda parêntese tem uma clara implicação ética, na aceitação das limitações da percepção humana e, portanto, também da nossa percepção enquanto analistas, não detentores da verdade do paciente.

A luta contra as dicotomias

Seguindo no propósito de tomar como fio condutor o estudo de como se dá a percepção, logo percebemos que o que está em jogo é não ficar preso numa perspectiva dicotômica, principalmente o dualismo que divide mente e mundo, que formatou o pensamento ocidental, e apresenta uma longa lista de exemplos, (entre eles alguns que nos interessam especialmente, como mundo interno/mundo externo). Varela (2006) sublinha que os organismos existem em diferentes mundos perceptuais. As cores, por exemplo, não estão ali prontas para serem percebidas, e são percebidas de formas distintas por distintos organismos vivos. Assim, não são o resultado de uma construção que se dá exclusivamente no organismo, nem existem,

num outro extremo, por si só e independente do organismo vivo que as percebe. Não pode ser atribuída inequivocamente para o observador ou para o observado, para o sujeito ou para o objeto, mas é construída dentro da experiência vivida. “Somente a co-construção de sujeito e objeto pode superar a lógica geográfica tradicional da separação estrita entre mundo externo e interno” (p. 39). Sujeito e objeto determinam e condicionam um ao outro, e emergem em dependência mútua. Cada experiência, em última instância, é única para cada indivíduo na sua relação com o meio.

Mas, então, não existem verdades e mentiras, tudo depende do observador?

Não, esta não é a conclusão a que Varela (2006) chega. Ele não subscreve a ideia de que os indivíduos podem inventar sua própria realidade, cegamente e arbitrariamente, sem nenhuma resistência do mundo externo, nem de que há um mundo que se impõe ao indivíduo, mas sim que indivíduo e mundo vão se construindo no encontro da experiência vivida. Não há um sujeito construindo sua realidade na forma desejada, como os construtivistas sugerem. Nem há objetos externos que determinam o que ocorre no organismo. O que não se pode mais acreditar é que nossa percepção captaria uma realidade que está ali, pronta para ser percebida. É impossível comparar as percepções de cada um para ver se são idênticas, mas há uma margem de concordância possível a respeito de fatos. A maioria de nós concordaria que um copo é um copo. Imaginando uma cultura muito diferente e isolada (o que é cada vez mais difícil atualmente), talvez um copo não fosse identificado com tal, mas todos desta cultura concordariam que não conhecem este objeto.

Assim, como ficamos nesta questão verdade/mentira? Henry Atlan (1994), importante pesquisador sobre a complexidade, que frequentemente inclui a psicanálise em seus escritos, diz que a procura da verdade sob forma de uma divisão verdadeiro/falso pode apenas circunscrever-se no interior de um domínio particular, onde objeto e método são claramente delimitados e limitados, como num jogo com suas regras específicas. A propósito desta divisão, afirma que sempre se pode questionar a legitimidade destas regras que a instituem. A experiência de verdade (atenção para a expressão *experiência de verdade*, não “verdade”) se encontraria na confluência de dois processos. Um “de cima”, teórico, se dá através do entendimento da razão, do testemunho e da tradição. O outro “de baixo”, prático, estabelece o fundamento em relação a um domínio particular do

real e do discurso. No discurso psicanalítico, por exemplo, a noção de Complexo de Édipo tem verdade dentro da lógica de um determinado modelo, e se encontra com a experiência de verdade quando nos defrontamos com esta configuração em nossos pacientes. A descrição, por Melanie Klein, de uma configuração edípica precoce parte da experiência de encontrar nos seus pacientes essa configuração, e precisa de uma coerência teórica que a insira no pensamento psicanalítico. Como qualquer campo da ciência, essa estrutura teórica precisa estar aberta para novas construções e rupturas.

Lembra, além disso, que as regras de qualquer jogo podem ser estabelecidas por necessidade ou por desejo, como por exemplo um desejo de domínio sobre as coisas e sobre os outros. Neste caso, as regras de verdade serão muito mais difíceis de serem estabelecidas, porque fica questionada justamente a legitimidade destas regras em relação aos fins, muitas vezes questionáveis.

Pensamento aleatório 2

Nós, psicanalistas, sabemos o trabalho demandado para tentar abrir mão, dentro do possível, de nosso “poder” sobre o paciente, para não agirmos pelos nossos desejos e poderemos estabelecer um setting, um conjunto de regras que delimitam um domínio em que o que for experienciado possa ter um valor verdade, um juízo feito pela teoria e pela experiência. O que se passa numa sessão perde seu valor verdade fora das regras do jogo psicanalítico. Sabemos também da luta para escapar do dilema mundo interno x mundo externo, um desafio para os psicanalistas, e sabemos das críticas, que a psicanálise negaria ou subestimaria a importância do mundo externo. Os estudos sobre a percepção, entre outros, podem ajudar a não se ficar preso num dilema que, a rigor, nem deveria existir: toda percepção é construída na experiência do encontro. Do ponto de vista de cada indivíduo, um primeiro encontro (ou já podemos considerar outro ante um óvulo com um espermatozoide) de sua bagagem genética com o mundo de experiências de sua vida. Numa análise, mais um encontro se soma à série – paciente e analista, um sendo o externo para o outro, determinando a construção de percepções específicas. Para nós, psicanalistas, dentro do referencial da nossa teoria, os elementos inconscientes ganham relevância na constituição dessas percepções, porque este é o nosso campo principal de estudo. O conceito de campo acompanha a noção de co-construção entre paciente e analista, buscando evitar a divisão dicotômica transferência/contratransferência. Mas sabemos como é mais fácil falar sobre campo na teoria do que de fato experienciá-lo e incluí-lo como instrumento técnico.

A truta e os limites da percepção

Para pescar trutas, usamos uma isca, que fazemos voar como um inseto, roçando a superfície da água. Uma truta que vê esta imitação, de inseto voar, e pula para pegá-la só *descobre* que o inseto era uma ilusão ao ser enganchada pelo anzol. O fato de o observador saber que estava trapaceando não altera isso. É somente depois de ser fisgada que a experiência prévia de pegar uma mosca é desvalorizada para a truta como uma ilusão. Até aqui, tudo bem. O difícil é quando Maturana nos compara com trutas: “Nós, observadores, como sistemas vivos, não somos diferentes da truta neste aspecto” (Maturana, 2004, p. 297). Afirmo, com a autoridade de um biólogo que se dedicou a estudar e a compreender as raízes da matriz biológico-cultural do existir humano, que o uso que fazemos de palavras, como erro, mentira e hipocrisia, mostra que utilizamos nossa inabilidade de distinguir, em nossa experiência, entre percepção e ilusão, para a manipulação de nossas relações interpessoais. Independente da via sensorial através da qual uma experiência ocorre e das circunstâncias em que ocorre, sua classificação como percepção ou ilusão é uma caracterização que o observador faz através da referência a outra experiência diferente.

Desta constatação segue-se que um observador não dispõe de bases operacionais para fazer qualquer afirmação sobre objetos, entidades ou relações como se estes existissem independentes do que ele faz. A concordância entre os observadores não confere nenhuma validação intrínseca quanto ao *status* da observação. Esse caminho pressupõe o reconhecimento de que é o critério que o observador aplica em seu escutar que determina as explicações e validações feitas. É o observador que aceita ou rejeita uma afirmação, é ele (o ouvinte como outro observador) que determina se a afirmação é ou não uma explicação. É o modo de escutar do observador, guiado por critérios conscientes e inconscientes, que determina a verdade do que o outro apresenta. Nunca ouvimos no vácuo; sempre aplicamos algum critério.

Mas não somos trutas!!

É claro que Maturana não está nos reduzindo (?) a trutas. Sua intenção é desmascarar as certezas que costumamos conferir ao que percebemos, e apontar nossa fragilidade para considerar verdade/ realidade x mentira/ilusão.

Deixa sempre claro que, se a existência humana se realiza na linguagem e no racional, sempre parte do emocional. Todo sistema racional, todo raciocinar, parte de um conjunto de premissas fundamentais aceitas ou adotadas, explícita ou implicitamente, *a priori*. Esta aceitação apriorística parte de um domínio emocional: queremos aquilo que aceitamos e aceitamos aquilo que queremos, sem outro

fundamento a não ser nosso desejo. Assim, todo sistema racional tem fundamento emocional, e é por isso que nenhum argumento racional pode convencer alguém que já não esteja de início convencido. Eu diria, ou que ao menos esteja num estado emocional de poder ouvir o outro. É, portanto, a qualidade da escuta que determina como o argumento vai ser recebido, é o estado mental de receptividade ao outro, e não a qualidade do argumento racional.

Pensamento aleatório 3

Como “convencemos” um paciente da verdade que pretendemos transmitir? Aliás, o que nos assegura que temos alguma verdade? Acreditamos que há de fato uma verdade a ser encontrada e tratamos de encontrá-la no trabalho com os pacientes? Não posso deixar de lembrar uma formulação que costumava ser frequente: após alguma fala do paciente, dizíamos (ainda dizemos?) “na verdade o que tu queres dizer é...”. Como se o que o paciente tivesse nos falado não tivesse alguma verdade, e nós a estivéssemos fornecendo na interpretação. Acho que o que cada vez mais tentamos fazer é formular hipóteses, outras formas de pensar e sentir uma mesma situação. De qualquer forma, não podemos convencer alguém de algo que já não estivesse convencido em algum lugar? Podemos aumentar/desenvolver uma escuta mais aberta para outras verdades? O que o paciente vai aceitar ou não depende dos critérios que vai utilizar para escutar o que o analista diz, do que vai estar marcado pelas experiências prévias e principalmente pela experiência vivida com o analista, talvez com alguma ajuda de uma percepção de que suas teorias da verdade já não bastam, e que outras seriam necessárias.

Impossível não pensar em Meltzer (1971) quando nos fala de sinceridade e veracidade: “... a grande solidão de todo ser humano reside na impossibilidade de conhecer as emoções do outro” (p. 186). Segue questionando como se pode ter convicção das emoções com que se identifica, e sugere o termo sinceridade, de uma forma que expande seu uso coloquial, englobando honestidade, integridade, franqueza, e cuidando para que não se fique preso ao aspecto puramente moral que todos estes termos carregam. Meltzer faz todo um estudo metapsicológico do termo, dos mecanismos introjetivos inconscientes envolvidos neste processo, que se relacionam diretamente com intuição, o que nos permite captar estados emocionais para além das palavras. Mas aqui me remeto à verdade na fala do analista que, para abrir canais novos de escuta, precisaria ser sincera para adquirir veracidade. Uma verdade, para ter veracidade, requer a emoção da sinceridade como veículo.

Mas é sempre bom lembrar aquelas situações em que não conseguimos canais verazes de comunicação com nossos pacientes, em que fracassamos na nossa tarefa. Lembrar para não preencher rapidamente com explicações que criam

verdades artificiais, para que em algum momento novas possibilidades surjam no nosso trabalho com os pacientes, e a psicanálise siga viva. Ou, ao menos, para nos mantermos humildes, e não detentores da Verdade, sabendo que nunca vamos conseguir uma comunicação constante e que precisamos tolerar incomunicações.

Nessa linha de pensamento, em que desejo e necessidade determinam as percepções, vejo que cada vez mais as questões éticas parecem se tornar urgentes. Hora de se deter um pouco na mentira.

Mentira e “mentira”

Seria possível recorrer a várias classificações de verdade/mentira, que são testemunho da luta do pensamento ocidental para organizar esses conceitos, e apreender sua complexidade. Esse não é o objetivo deste trabalho.

Aqui a distinção que me interessa é entre a “mentira” e a mentira. As aspas são para determinar o componente constitutivo/defensivo e predominantemente inconsciente da mentira, que busca evitar o contato com alguma “verdade” de uma emoção /pensamento que vai provocar dor psíquica. É novamente Bion (1970) quem apresenta de forma irônica um elogio aos mentirosos no seu embate com a ciência, que pretende desmanchar os enganos necessários para evitar a dor do contato com a realidade. Não é necessário repetir aqui toda *fábula*, mas é essencial lembrá-la sempre. No mínimo para não cairmos em tentação de aplicar preceitos morais tão arraigados na nossa cultura ocidental, e podermos valorizar o caráter protetor da “mentira”. É mais uma vez Bion (1963), ao colocar a coluna 2 da Grade, quem nos lembra que qualquer conteúdo/ideia/ação pode ser usado para evitar alguma verdade dolorosa, inclusive teorias científicas comprovadas e, porque não, teorias psicanalíticas.

Podemos inclusive pensar em mentira constitutivas quando nos lembramos de Pinóquio. Apesar de ser mais conhecida por seu claro objetivo educativo/moralizante de que não se deve mentir, a narrativa da história do boneco de madeira permite outras aproximações com a mentira, inclusive como tendo um papel na necessidade de diferenciação dos pais (Corso & Corso, 2006). Se somos apenas obedientes e nunca mentimos, somos apenas “marionetes presas pelas cordas do desejo alheio” (p. 284). Talvez até gostaríamos de ser mais obedientes e merecer a admiração dos pais, fazer o que esperam de nós; porém, quando nos comportamos assim, sentimos como se de alguma forma tivéssemos perdido a individualidade. Se somos apenas obedientes, somos personagens do sonho parental; se renegamos a herança cultural e moral implícita nos desejos dos pais, ficamos perdidos, sem

princípios organizadores (Corso & Corso, 2006). Precisamos mentir, e precisamos aprender a não mentir, num equilíbrio delicado.

Em alguma medida, o falso *self* descrito por Winnicott (1960), naquela porção do espectro que se refere aos mecanismos que utilizamos para permitir nossa convivência social, não deixam de ser “mentiras” usadas para proteger o *self* verdadeiro. Lembro sempre de um paciente em especial com quem aprendi muito, que proclamava com orgulho seus princípios, entre eles o de nunca mentir. É claro que o que foi se delineando apontava para uma racionalização de desejos sádicos, agressivos, que lhe traziam limitações importantes e uma culpa que parecia sem motivo. Como Bion colocou com sabedoria, verdade sem humanidade é crueldade.

Já a mentira consciente, com intenção de manipular o outro, precisa de uma categoria à parte, já que configura um estado mental diferente que via de regra não entra no campo de maior interesse do corpo teórico da psicanálise. Mas se impôs nesta linha que o artigo foi seguindo porque, quando pensamos em ética e sua associação com verdade/sinceridade e pensamos em novas questões com as quais os tempos atuais nos defrontam, isso se torna inevitável. Basta pensar em *fake news* e até em pós-verdade.

Pensamento aleatório 4: voltando às trutas

Como psicanalistas, temos potencialmente o “poder” do pescador da truta/paciente, em função da assimetria da relação analítica, o que nos remete novamente, como seria inevitável, a questões éticas. Mas não podemos nos iludir; também somos trutas, nossa escuta vai ser determinada por nossos desejos, e o alerta de Bion (1970) sobre o risco de o desejo do analista o cegar toca justamente nesta questão. O paciente pode nos “pescar” com relativa facilidade, nos manipular com objetivos defensivos que se fundem com os nossos próprios. Mas não para por aí: nós e nossos pacientes somos trutas em potencial na vida em sociedade, podendo ser manipulados, e certamente o somos, de formas nem sempre percebidas e a que nem sempre temos acesso.

É nesse ponto que se percebe o intrincado entrelaçamento entre o intrapsíquico, o intersubjetivo, o trans-subjetivo e o quanto nós e nossos pacientes estamos sujeitos a múltiplas influências, condicionando nossa forma de pensar. Temos exemplos claros de como a visão psicanalítica sobre vários temas (para citar apenas alguns, maternidade, homossexualismo) sofre influências das formas como a cultura nos im-pressiona. O próprio Freud já destacava o papel da moral vitoriana na repressão sexual e no surgimento dos sintomas histéricos. Nada de novo nessa constatação, mas é bom lembrar que o objeto científico é sempre

misto, como destacou Varela (2006): nunca se produz à parte do social, numa “pureza” ilusória.

Mas seguindo as trutas

[...] se elas podem ser enganadas *maldosamente*, nós, humanos, também podemos ser manipulados com outros fins, bastando ir ao encontro dos nossos desejos/necessidades, principalmente se a capacidade reflexiva está prejudicada. Estamos mais vulneráveis que as trutas em tempos de internet? Como perceber a sinceridade e a veracidade com a variável das comunicações virtuais, sem o contato direto pessoa/ pessoa? Possivelmente um novo código de comunicação está se desenvolvendo, mas não vai prescindir de algum canal que veicule a emoção que está envolvida.

O método psicanalítico traz em si implícito uma postura ética: é a verdade das escolhas do paciente o que importa, para além de nossas opiniões e de nossas verdades (ao menos na medida do possível, lembrando que os elementos inconscientes estão sempre presentes). Procuramos ajudá-los a aumentar/ desenvolver a capacidade reflexiva para perceber o risco e o equívoco presentes sempre que alguma posição se apresenta rígida, cega, intransigente; sempre que há lados claramente identificados como do mal e do bem, que reproduzem em outra dimensão (esta sim perigosa) o modo infantil de organização do pensamento em categorias fada/bruxa. E aceitar ouvir o outro, os vários outros internos e externos.

Uma questão que tem surgido cada vez mais diz respeito ao papel que a psicanálise pode ter para além dos consultórios, aliás uma preocupação que remonta as origens da psicanálise e está presente em vários trabalhos de Freud (*Mal estar na civilização, O futuro de uma ilusão*, para citar apenas alguns). Alguma utilidade para o que estudamos e que possa ter um papel na compreensão de como nós, humanos, nos comportamos no papel dos desejos inconscientes, na nossa vulnerabilidade da qual a razão não nos vacina?

Em tempos de disseminação de informações em velocidade cada vez mais rápida, e da quase impossibilidade de se distinguir verdade de mentira e de evitar manipulações, convém sempre nos lembrarmos das trutas e da nossa tendência, como humanos, de acreditar naquilo e naqueles que concordam com nossos desejos. E preservar uma das mais importantes contribuições da psicanálise: a capacidade reflexiva que vai muito além da razão, do conhecimento do funcionamento da mente em seu duplo registro, consciente e inconsciente. E, como analistas, termos

o cuidado de ter em mente nossas limitações e de relativizar e flexibilizar nossas teorias. Indispensável para manter a mente aberta.

Últimos pensamentos aleatórios

Estes que se seguem partem de uma releitura crítica deste pequeno artigo. Percebo que usei verdade e mentira sem nenhum rigor de classificação, com muitas aspas, maiúsculas e minúsculas. Optei por deixar assim, porque reflete a dificuldade que encontramos de precisar esses conceitos e as complexas relações entre eles, já que um só existe em referência ao outro. Mas isso não significa de maneira alguma desconsiderar as sistematizações. Pelo contrário, buscar classificações que nos ajudem a colocar ordem em fenômenos que escapam da lógica aristotélica é tarefa valiosa e imprescindível, desde que sem a ilusão de que é assim que as coisas acontecem na prática da vida. Mas, neste trabalho, este foi o caminho que se delineou, tendo as trutas como guias. Vejo também que outros temas foram se infiltrando, (como a percepção), e as questões éticas acabaram se tornando centrais, como não poderia deixar de ser, já que a própria essência da psicanálise e seu método têm uma dimensão ética constitutiva. Mas não puderam ser aprofundadas, precisariam de um trabalho à parte. Percebo que o texto está permeado por um desejo de que os conhecimentos psicanalíticos sobre o funcionamento da mente, sobre as limitações da razão, sobre a força dos elementos inconscientes, etc., enfim, sobre nossas vulnerabilidades enquanto seres humanos pudessem ter um alcance maior. Este é um desejo antigo, desde os estudos sobre preconceito, que trazem na base as construções de teorias defendidas como verdades óbvias e cegas à reflexão. De qualquer forma, escrever pensamentos aleatórios é uma forma de expô-los à percepção e à reflexão crítica do leitor, num exercício contínuo de escuta de várias verdades. Nesse sentido, espero que este trabalho seja verdadeiro. □

Abstract

Truth/lie: we and the trouts

In this paper, the author starts to delve into the epistemological impossibility of separating truth from lies and, by examining how perception occurs, questions the concepts of objectivity and access to absolute truth. Some differences between constitutive lies and manipulative lies are outlined, as well as the ethic elements involved in the discussion of truth and lie. Throughout the text, the author reflects

upon the theme in relation to psychoanalytic work and to the possibility of expanding psychoanalytic knowledge beyond the offices.

Keywords: Truth; Lie; Perception; Psychoanalytic method; Ethics

Resumen

Verdad/mentira: nosotros y las truchas

En este trabajo, la autora parte de la imposibilidad epistemológica de separar verdad de mentira y se propone, a partir del estudio de cómo se da la percepción, cuestionar el concepto de objetividad y de acceso a verdades absolutas. Se discuten algunas diferencias entre mentiras constitutivas y mentiras con objetivo de manipulación del otro, y los aspectos éticos implicados en el análisis sobre verdad y mentira. A lo largo del texto, se plantean reflexiones que el tema ha suscitado a respecto del trabajo psicoanalítico y de la posibilidad de expansión de los conocimientos más allá de los consultorios.

Palabras claves: Verdad; Mentira; Percepción; Método psicoanalítico; Ética

Referência

- Atlan, H. (1994). *Com razão ou sem ela: intercrítica da ciência e do mito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- Bion, W. (1963). *Elementos em psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Bion, W. (1970). *A atenção e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- Corso, D. & Corso, M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Maturana, H. (2004). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Meltzer, D. (1971). Sincerity: a study in the atmosphere of human relations. In *Sincerity and other works: collected papers of Donald Meltzer*. London: Karnac, 2005.
- Quintana, M. (2008). *Mario Quintana, 80 anos de poesia*. São Paulo: Globo.
- Varela, F. (2000). *El fenómeno de la vida*. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones.
- Varela, F. & Perksen, B. (2006). Truth is what works: Francisco Varela on cognitive science, buddhism, the inseparability of subject and object, and the exaggerations of constructivism – a conversation. In *The journal of Aesthetic Education*, 40(1), Illinois: University of Illinois Press.

Winnicott, D. W. (1960). Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso self. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Recebido em 16/01/2019

Aceito em 23/01/2019

Revisão gramatical de **Ellen Garber**

Revisão técnica de **Vânia Dalcin**

Viviane Sprinz Mondrzak

Rua Carvalho Monteiro, 234/801

90470-100 – Porto Alegre – RS – Brasil

e-mail: vimondrzak@gmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA